****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 25, Ano 63, Quinta-feira.**

**08 de Fevereiro de 2018**

**Gabinete do Prefeito, pág. 01**

**LEI Nº 16.832, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**

**(Projeto de Lei nº 445/17, da Vereadora Aline Cardoso**

**– PSDB)**

*Dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo*

*da Cantareira e dá outras providências.*

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso

das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que

a Câmara Municipal, em sessão de 14 de dezembro de 2017,

decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Polo de Ecoturismo da Cantareira nas

áreas que contemplam mata atlântica nativa e extrapolam os

limites do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual

Alberto Löfgren em suas porções pertencentes ao Município de

São Paulo.

Art. 2º Integram o Polo de Ecoturismo criado por esta lei as

Prefeituras Regionais de Jaçanã/Tremembé, Casa Verde/Cachoeirinha,

Santana/Tucuruvi, Freguesia do Ó/Brasilândia, Pirituba/

Jaraguá e Perus, sendo facultado à Administração Pública Municipal

definir como bairros turísticos aqueles que fazem parte do

polo de interesse turístico da Serra da Cantareira.

Parágrafo único. Outros distritos e bairros de interesse turístico

poderão compor e ampliar o Polo de Ecoturismo desta região.

Art. 3º São objetivos desta lei:

I - promover o desenvolvimento de atividades compatíveis

com a conservação e recuperação ambiental e a proteção dos

sistemas hídricos, fauna e flora;

II - estruturar o desenvolvimento econômico local a partir das

atividades econômicas que integram o ecoturismo sustentável;

III - preservar a memória histórica e cultural do território;

IV - fomentar o surgimento de infraestrutura adequada

para implementar nova perspectiva de negócio, conseguindo

unir a educação ambiental, a preservação do meio ambiente e a

possibilidade real de geração de novos empregos;

V - incentivar a preservação das porções de mata atlântica

em área privada estimulando o desenvolvimento de negócios

sustentáveis;

VI - sensibilizar e educar a comunidade para o desenvolvimento

da atividade turística;

VII - promover a criação, recuperação e conservação dos

centros de lazer, praças e parques;

VIII - propiciar condições de limpeza urbana, segurança,

transporte, estacionamento, informação, controle da ordem

urbana e sinalização turística.

Art. 4º As ações para desenvolvimento do Polo de Ecoturismo

da Cantareira deverão ser compatíveis com as normas

de proteção e conservação ambiental, dentre outras a Lei

Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor

Estratégico), a Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016

(Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), os Planos de

Manejo dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren,

e Resoluções nº 18, de 4 de agosto de 1993, e nº 57, de 19 de

outubro de 1988, do CONDEPHAAT.

Art. 5º (VETADO)

Parágrafo único. O Poder Público poderá fazer a implantação

de ônibus turístico regular, a ser explorado por empresa via

processo de concorrência/licitação, proporcionando assim uma

demanda perene de visitação aos atrativos turísticos do Polo de

Ecoturismo da Cantareira.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar convênio e instrumentos

de cooperação com os órgãos estaduais e federais, da

Administração Direta e Indireta, entidades privadas e organizações

não governamentais, objetivando estimular a implantação

de projetos de desenvolvimento sustentável, ecoturismo e

conservação ambiental.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Consideram-se locais de interesse turístico no Polo

de Ecoturismo da Cantareira:

I - Parque Estadual da Cantareira – Núcleo Pedra Grande,

localizado na Rua do Horto nº 1799, Horto Florestal, São Paulo;

II - Parque Estadual da Cantareira – Núcleo Engordador,

localizado na Rua do Horto nº 1799, Horto Florestal, São Paulo;

III - Parque Estadual Alberto Löfgren, localizado na Rua do

Horto nº 931, Horto Florestal, São Paulo;

IV - Estrada de Santa Inês;

V - Estrada da Roseira.

Parágrafo único. Outros locais sensíveis para turismo poderão

compor e ampliar o Polo de Ecoturismo da Cantareira

mediante decisão do Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo da Cantareira.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de fevereiro

de 2018, 465º da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, PREFEITO

ANDERSON POMINI, Secretário Municipal de Justiça

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

BRUNO COVAS, Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Casa Civil, em 7 de fevereiro de 2018.

**Gabinete do Prefeito, pág. 03**

**PROJETO DE LEI Nº 445/17**

**OFÍCIO ATL Nº 48, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**

**REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 01968/2017**

Senhor Presidente

Por meio do ofício acima referenciado, essa Presidência

encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 445/17, de

autoria da Vereadora Aline Cardoso, que dispõe sobre a criação

do Polo de Ecoturismo da Cantareira.

Acolhendo a medida aprovada em virtude do evidente

interesse público nela presente, vejo-me, no entanto, compelido

a apor veto parcial que atinge o “caput” do artigo 5º e o artigo

7º, na conformidade das razões a seguir explicitadas.

De acordo com o “caput” do artigo 5º, o Executivo fica

autorizado a conceder incentivo e benefícios fiscais destinados

a estimular o desenvolvimento econômico e social das áreas

contempladas, para a instalação das atividades que especifica.

Ocorre, contudo, que a criação de qualquer tipo de isenção,

benefício ou incentivo fiscal constitui exceção à regra da tributação,

devendo, por isso, ser tratada de modo único, detalhado e mediante lei específica a ser interpretada de forma literal, a teor do § 6º do artigo 150 da Constituição Federal e do artigo 111 do Código Tributário Nacional.

Dessa maneira, a autorização veiculada no artigo ora

vetado contrapõe-se aos mencionados preceitos constitucional

e federal, não alcançando o resultado almejado pela autora da iniciativa.

Por sua vez, o artigo 7º da medida institui, com fundamento

na Lei nº 15.910, de 27 de novembro de 2013, o Conselho

Gestor do Polo de Ecoturismo da Canteira, visando acompanhar

a implementação das ações constantes da propositura ora sancionada.

Entretanto, conforme pronunciamento da Secretaria Municipal

do Verde e do Meio Ambiente, a referida lei, mencionada

no artigo 7º, dispõe sobre objeto diverso, qual seja, a criação e

organização de um conselho gestor para cada parque municipal,

não podendo, pois, servir de fundamento para a criação do conselho do polo de ecoturismo em apreço, composto por uma extensa área que engloba, inclusive, porções com a previsão de criação de vários parques.

Aponte-se, outrossim, que as áreas de proteção ambiental,

como é o caso daquela delimitada no texto aprovado, que

integram a Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM,

estão expressamente excluídas da aplicação da Lei nº 15.910,

de 2013, como se verifica do parágrafo 1º de seu artigo 1º, as

quais contam com regulamentação específica.

Nessas condições, demonstradas as razões que, nos termos

do § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município, me compelem

a vetar parcialmente o projeto de lei aprovado, atingindo os mencionados dispositivos, devolvo o assunto ao reexame dessa Colenda Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo-lhe os meus protestos de apreço e consideração.

JOÃO DORIA, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

VEREADOR MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

**PROJETO DE LEI Nº 485/16**

**OFÍCIO ATL Nº 50, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**

**REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 01988/2017**

Senhor Presidente

Por meio do ofício acima referenciado, essa Presidência

encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 485/16, de

autoria dos Vereadores Juliana Cardoso e Eduardo Matarazzo

Suplicy, que estabelece diretrizes sobre o Programa Ponto de

Economia Solidária, Comércio Justo, Cooperativismo Social e

Cultura na Cidade de São Paulo.

Os objetivos colimados pela medida já se acham atendidos

pela atuação levada a efeito pela Secretaria Municipal de

Trabalho e Empreendedorismo, que, à vista das competências e

atribuições conferidas pela legislação municipal, atua de modo

a incentivar a propagação da economia solidária, nos termos

propostos.

Ademais, a teor do seu artigo 3º, o Programa em apreço

ficaria subordinado à Secretaria Municipal da Saúde, que seria

a responsável pelos recursos humanos e materiais necessários

para o seu funcionamento.

Entretanto, a referida Pasta, consultada a respeito da

propositura, acertadamente consignou a sua ausência de competência

legal para a indigitada atribuição, cabendo-lhe, na

verdade, realizar as ações de promoção, proteção e recuperação

da saúde da população do Município de São Paulo, por meio do

Sistema Único de Saúde – SUS.

Nessas condições, demonstradas as razões que, nos termos

do § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município, me compelem

a vetar o projeto de lei aprovado, devolvo o assunto ao

reexame dessa Colenda Casa Legislativa.

Na oportunidade, renovo-lhe os meus protestos de apreço

e consideração.

JOÃO DORIA, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

VEREADOR MILTON LEITE

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

**Secretarias, pág. 04**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**PORTARIA Nº. 02/2018/SMTE-GAB**

ALINE CARDOSO, Secretária Municipal de Trabalho e Empreendedorismo,

no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Municipal

nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que instituiu a

gestão de contratos;

CONSIDERANDO as atividades e os procedimentos a serem

observados pelos gestores dos contratos e instrumentos congêneres

celebrados pela SMTE.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir o Núcleo de Acompanhamento de Contratos,

Convênios e Congêneres - NAC, subordinado ao Gabinete

desta Secretaria, que terá por finalidade apoiar a atuação

dos gestores nos ajustes dos Contratos, Convênios e Congêneres

firmados pela SMTE, utilizando metodologias de acompanhamento

dos mesmos.

Art. 2º. O Núcleo de Acompanhamento de Contratos, Convênios

e Congêneres - NAC terá, especialmente, as seguintes atribuições:

I - supervisionar os contratos, convênios e congêneres firmados

pela Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo,

podendo, ao critério do NAC, baseado nos dados fornecidos

pelas Unidades responsáveis pelo respectivo ajuste, elaborar

planilha para o acompanhamento e controle dos prazos de

vigência dos ajustes e seus aditamentos;

II - elaborar estudo visando o aprimoramento da gestão de

ajustes, bem como a otimização de seu fluxo operacional;

III - auxiliar os gestores na administração dos Contratos e

respectivos possíveis ajustes.

Parágrafo único. A atuação do NAC ora constituído é meramente

auxiliar, não substituindo a responsabilidade dos gestores

na administração dos respectivos ajustes, especialmente no

que tange ao acompanhamento e fiscalização de sua execução,

controle de prazos, aditamentos e demais providências.

Art. 3º. O Núcleo de Acompanhamento de Contratos, Convênios

e Congêneres – NAC terá a seguinte composição:

I – Chefe de Gabinete da Secretária.

II – Procurador Chefe da Assessoria Jurídica.

III – Supervisor Geral de Administração e Finanças.

IV – Também serão membros do NAC os seguintes servidores

da Assessoria Técnica do Gabinete:

a) Lucas Willian dos Santos, R. F. nº 843.876-5;

b) Camila Alexandrino Rocha, R. F. n° 822.691-1.

§ 1º. A coordenação do NAC ficará sob a responsabilidade

do servidor designado no inciso I.

§ 2º. O NAC atuará em conjunto com, no mínimo, o coordenador

e mais dois membros.

§ 3º. Em caso de impedimento, ainda que momentâneo, o coordenador será representado pelo servidor designado no inciso IV, alínea “a”.

§ 4º. As atividades descritas nesta Portaria serão desenvolvidas

pelos servidores nomeados, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Art. 4º. Para o exercício de suas atribuições o NAC poderá

solicitar dados de todos os ajustes, bem como esclarecimento e

pareceres dos técnicos responsáveis.

§ 1º. Os integrantes do NAC poderão convocar servidores

das unidades interessadas para auxiliar no desempenho de suas atribuições.

§ 2º. Todos os servidores da Secretaria deverão prestar

plena cooperação ao NAC, sendo que as solicitações efetuadas

por seus membros deverão ser atendidas dentro dos prazos

estipulados, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 5º. O NAC deverá elaborar relatório periódico, apresentando-

o ao titular da Pasta, demonstrando a situação dos ajustes.

Art. 6º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2017/0000624-5**

SMTE e SUBPREFEITURA DE SÃO MATEUS – Prorrogação

vigência. I – No exercício da competente que me foi atribuída

por Lei, à vista dos elementos de convicção contidos no presente

processo administrativo, especialmente as manifestações do

Prefeito Regional de São Mateus e do Coordenador do Trabalho

desta Pasta e do parecer da Assessoria Jurídica, o qual acolho,

com fundamento no inciso IV do artigo 2º e do inciso II do artigo 5º da Lei nº 13.164/2001 e do inciso XIV, do artigo 2º do Decreto Municipal nº 50.995/2009, AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 22/02/2018, do Termo de Cooperação firmado entre esta Secretaria e a Prefeitura Regional de São Mateus, visando a continuidade do funcionamento da unidade do CATe – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo de São Mateus. A presente parceria não envolve recurso financeiro.

**2017-0.099.167-8**

SMTE – Apuração Preliminar. I – No exercício da competência que me é atribuída por Lei, à vista dos elementos de convicção contidos no presente, especialmente o relatório de fls. 129/132, nos termos da legislação que rege a matéria, ACOLHO o Relatório Conclusivo apresentado pela Presidente

da Comissão de Apuração Preliminar, conforme Portaria nº 120/2017/SMTE-GAB e face aos fatos apurados e esclarecimentos prestados, com fundamento do artigo 102, inciso III doDecreto Municipal nº 43.233/2003, DETERMINO a remessa dos autos à PROCED.

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC**

**DESPACHOS: LISTA 2018-2-023**

**COORDENADORIA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

ENDERECO: .

PROCESSOS DA UNIDADE SMTE/COSAN/FEIRA/SUP

**2017-0.105.018-4 ALESSANDRA DA CONCEICAO GUIMARAES**

**INDEFERIDO**

NAO AUTORIZADA A SOLICITACAO INICIAL, TENDO EM VISTA, O ASSUNTO ESTAR SENDO TRATADO POR OUTRO P.A. 2017-0.163.687-1

**2017-0.163.687-1 ALESSANDRA DA CONCEICAO GUIMARAES**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A EXPEDICAO DE MATRICULA EM NOME

DE ALESSANDRA DA CONCEICAO GUIMARAES 23596854814,

GRUPO DE COMERCIO 02-00, METRAGEM 04X02 NA(S) FEIRA(S) LIVRE(S) REGISTRO N. 1018-9-ST, 3058-9-ST, 4016-9-ST, 6020-8-ST E 7055-6-ST

**2017-0.179.536-8 R.C.F LTDA ME**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A TRANSFERENCIA DA MATRICULA DE FEIRANTE

N. 044.040-01-6, DE R C F LTDA ME PARA FKB – FRUTAS FRESCAS LTDA - ME, BEM COMO A INCLUSAO DO PREPOSTO FABIANO SOARES RAMOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 18 E 24 INCISO VI, DO DECRETO N. 48.172/07 E SATISFEITAS AS DEMAIS EXIGENCIAS LEGAIS.

**2017-0.181.338-2 ARISTIDES SANTIAGO DOS SANTOS**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A TRANSFERENCIA DA MATRICULA DE FEIRANTE

N. 012.427-01-2, DE ARISTIDES SANTIAGO DOS SANTOS

PARA HORTIFRUTI ALMEIDA E SILVA LTDA - ME, BEM COMO

A INCLUSAO DO PREPOSTO ALEXANDRE EMIDIO DA SILVA,

NOS TERMOS DO ARTIGO 18 E 24 INCISO VI, DO DECRETO N.

48.172/07 E SATISFEITAS AS DEMAIS EXIGENCIAS LEGAIS.

**2017-0.181.341-2 SIMONE COSTA OLIVEIRA**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A TRANSFERENCIA DA MATRICULA DE FEIRANTE

N. 012.724-02-5, DE SIMONE COSTA OLIVEIRA - ME

PARA HORTIFRUTI ALMEIDA E SILVA LTDA - ME, BEM COMO

A INCLUSAO DO PREPOSTO SIMONE CORAZZA FEITOSA DE

ALMEIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 18 E 24 INCISO VI, DO

DECRETO N. 48.172/07 E SATISFEITAS AS DEMAIS EXIGENCIAS

LEGAIS.

**2017-0.181.342-0 EDIGAR SILVA DE OLIVEIRA**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A TRANSFERENCIA DA MATRICULA DE FEIRANTE

N. 015.580-01-6, DE EDIGAR SILVA DE OLIVEIRA - ME PARA

HORTIFRUTI ALMEIDA E SILVA LTDA - ME, BEM COMO A INCLUSAO

DO PREPOSTO LUCIANA PATRICIA LAURENTINO MARTINS,

NOS TERMOS DO ARTIGO 18 E 24 INCISO VI, DO DECRETO N.

48.172/07 E SATISFEITAS AS DEMAIS EXIGENCIAS LEGAIS.

**2018-0.007.455-3 ALICE TOMOKO CHINEN AKAMINE**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A BAIXA NA(S) FEIRA(S) LIVRE(S) 4098-3-

SM E 5079-2-VP, NA MATRICULA DE FEIRANTE REGISTRO N.

012.811-03-3, TITULADA A ALICE TOMOKO CHINEN AKAMINE

- ME, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 25 II DO DECRETO N.

48.172/07, RESSALVADA A COBRANCA DE EVENTUAIS DEBITOS

EXISTENTES.

**2018-0.008.787-6 JURACI NEVES DE MORAIS**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A BAIXA TOTAL DA MATRICULA DE FEIRANTE

REGISTRO N. 206.009-01-1, TITULADA A JURACI NEVES DE MORAIS,

A PARTIR DE 30.01.2018, COM FUNDAMENTO NO ART. 25

II DO DECRETO N. 48.172/07, RESSALVADA A COBRANCA DE

EVENTUAIS DEBITOS EXISTENTES.

**2018-0.009.162-8 ANTONIO GOMES DE FREITAS**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A BAIXA TOTAL DA MATRICULA DE FEIRANTE

REGISTRO N. 008.309-01-9, TITULADA A ANTONIO GOMES DE

FREITA, A PARTIR DE 31.01.2018, COM FUNDAMENTO NO ART.

25 II DO DECRETO N. 48.172/07, RESSALVADA A COBRANCA DE

EVENTUAIS DEBITOS EXISTENTES.

**2018-0.011.125-4 LUZANIRA TEIXEIRA DA SILVEIRA SOUZA**

**DEFERIDO**

AUTORIZADA A BAIXA TOTAL DA MATRICULA DE FEIRANTE

REGISTRO N. 020.846-01-0, TITULADA A LUZANIRA T DA SILVEIRA

SOUZA - MEI, A PARTIR DE 05.02.2018, COM FUNDAMENTO

NO ART. 25 II DO DECRETO N. 48.172/07, RESSALVADA A COBRANCA

DE EVENTUAIS DEBITOS EXISTENTES.

**Secretarias, pág. 05**

**DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**PORTARIA Nº 018/SMDHC/2018**

ELOISA DE SOUSA ARRUDA, Secretária Municipal de Direitos

Humanos e Cidadania –SMDHC, no uso das atribuições que

lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição do GRUPO DE TRABALHO

INTERSECRETARIAL DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA, constituído

pela Portaria nº 006/SMDHC/2018 da seguinte forma:

I - Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo

- SMTE

a) Excluir:

1 - Titular: Rodrigo de Moraes Galante – RF: 809.698-8

2 - Suplente: Guilherme Eurípedes Silva Ferreira – RF:

793.277-41

b) Incluir:

1 - Titular: Luciana Gandelman - RF: 839.285.4

2 - Suplente: Edilene Magalhães da Silva - RF: 779.364.2

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

mantidas as demais disposições constantes da Portaria

nº 06/SMDHC/2018.

**Secretarias, pág. 17**

**FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA SF, SMG, SGM, SMJ Nº**

**02, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 E ANEXOS I E II, PUBLICADA**

**NO DOC – 06/02/2018 – PAG. 16, POR TER SAÍDO**

**COM INCORREÇÕES**

**PORTARIA CONJUNTA SF, SMG, SGM, SMJ nº 02, de 05**

**de fevereiro de 2018.**

**Dispõe sobre os procedimentos específicos para a**

**execução orçamentária e financeira no exercício de 2018.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**, o **SECRETÁ-**

**RIO MUNICIPAL DE GESTÃO**, o **SECRETÁRIO DO GOVERNO**

**MUNICIPAL** e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUSTIÇA**, no

uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto nº 53.687,

de 02 de janeiro de 2013, que cria a Junta Orçamentário-

-Financeira – JOF,

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto nº 58.070, de

16 de janeiro de 2018, que fixa as normas referentes à execução

orçamentária e financeira para o exercício de 2018,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. A execução da despesa orçamentária pelas Unidades

Orçamentárias da Administração Direta, suas Autarquias e

Fundações e Empresa Estatal Dependente, Fundos Municipais,

bem como do Poder Legislativo, obedecerá aos valores das

Cotas Orçamentárias por Dotação, na conformidade dos limites

estabelecidos nos Anexos I e II integrantes desta Portaria, observadas

as seguintes regras:

I – a cota orçamentária inicial para as atividades orçamentárias

das Fontes “00 – Tesouro Municipal" e "08 – Tesouro

Municipal Vinculado" será concedida para o exercício, exceto

para os casos previstos no § 3º, art. 3º do Decreto nº 58.070/18;

II – a cota para projetos de Fonte “00 – Tesouro Municipal”

será alocada mediante encaminhamento de planilha

consolidando os compromissos decorrentes dos projetos em

andamento, acompanhada de detalhamento de seus respectivos

cronogramas de desembolso e após avaliação pela Junta

Orçamentário-Financeira – JOF, nos termos do § 4º do art. 3º e

do § 1º do art. 7º ambos do Decreto nº 58.070/18;

III – a cota orçamentária destinada às Operações Especiais

será concedida, especificamente, de acordo com a solicitação

do Órgão responsável, nos termos do § 5º, art. 3º do Decreto

nº 58.070/18.

§ 1º. As cotas orçamentárias dos Órgãos poderão ser

alteradas por determinação da JOF, a qualquer tempo, visando

compatibilizar as liquidações de despesas com a evolução das

receitas, em conformidade com o previsto no art. 44 da Lei nº

16.693/17.

§ 2º. As cotas orçamentárias liberadas estão em consonância

com a capacidade de arrecadação da receita orçamentária estimada,

ensejando que nas eventuais necessidades adicionais de

cota orçamentária para executar determinada despesa seja considerada,

inicialmente, a redução de outras despesas do órgão.

§ 3º A Assessoria Econômica – ASECO, informará à Subsecretaria

de Planejamento e Orçamento Municipal - SUPOM, ambas

da Secretaria Municipal da Fazenda, após o encerramento

de cada bimestre, a receita realizada no bimestre de referência,

destacando a base para a apuração dos recursos vinculados à

Educação, nos termos do art. 208 da Lei Orgânica do Município

de São Paulo – LOM e para a Saúde, nos termos da Emenda

Constitucional nº 29/2000, para viabilizar o cumprimento do

art. 42 da Lei nº 16.693/17.

Art. 2º. Compete aos Órgãos e às Unidades Orçamentárias:

I – a correta identificação dos itens de despesas e Detalhamento

das Ações – DA nas respectivas notas de empenho,

sendo de responsabilidade intrínseca, inerente e solidária da

unidade de finanças e orçamento do Órgão e do Ordenador

de Despesa;

II – o gerenciamento das suas disponibilidades de cotas,

atentando para que, em nenhuma hipótese, sejam utilizadas

para a realização de novas despesas, em detrimento das já

existentes e a aplicação em finalidade diversa daquela para o

qual foi liberado o recurso, em conformidade com as orientações

constantes nos artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 58.070/18.

§ 1º. A identificação incorreta dos itens de despesa ou DA

nas respectivas notas de empenho acarretará o bloqueio da

liberação de cotas orçamentárias até a adequação do enquadramento.

§ 2º. A alocação de cotas no Sistema SOF será vinculada

por dotação orçamentária, de acordo com as respectivas autorizações.

Art. 3º. As cotas orçamentárias iniciais atribuídas às Autarquias,

Fundações e Empresa Estatal Dependente são as definidas

no Anexo II desta Portaria.

§ 1º. As liberações de cotas orçamentárias posteriores estarão

condicionadas ao cumprimento dos parágrafos §§ 6º e 7º

do artigo 3º do Decreto nº 58.070/18.

§ 2º. O Departamento de Administração Financeira - DEFIN,

da Secretaria Municipal da Fazenda, efetuará o repasse

financeiro referente à execução descentralizada da fonte “00 –

Tesouro Municipal” às Autarquias, Fundações e Empresa Estatal

Dependente, no primeiro dia útil de cada decêndio, até o limite

das cotas orçamentárias autorizadas, conforme Anexo II desta

Portaria e mediante solicitação prévia acompanhada de Fluxo

de Caixa que justifique o valor solicitado e de avaliação preliminar

da secretaria a qual esteja vinculada.

Art. 4º. As dotações com fonte de recurso diversa da fonte

"00 – Tesouro Municipal" serão mantidas indisponíveis e sua

liberação poderá ser solicitada mediante processo SEI específico

a ser encaminhado à Subsecretaria de Planejamento e

Orçamento Municipal - SUPOM, da Secretaria Municipal da

Fazenda, acompanhada de informações quanto às condições

formalizadas para o ingresso da respectiva fonte, bem como

de detalhamento do cronograma físico-financeiro, no caso de

obras, e outras informações de natureza financeira, como por

exemplo extrato bancário, para subsidiar a decisão da JOF.

§ 1º. Em complemento ao disposto no caput deste artigo,

em havendo a respectiva adequação orçamentária para fins de

liberação de cota, poderão ser considerados os saldos financeiros

de ano anterior e os respectivos ingressos das receitas

correspondentes.

§ 2º. Excetuam-se do caput deste artigo as atividades que

possuírem recursos financeiros de fonte diversa da fonte “00

– Tesouro Municipal”, mas com repasses contínuos, cuja cota

inicial foi estabelecida nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 3º. Para as despesas financiadas por fontes diversas e

que possuírem contrapartida de fonte “00 – Tesouro Municipal”

deverá ser apresentado no mesmo documento o cronograma

físico-financeiro das diferentes fontes.

Art. 5º. A execução de recursos provenientes de Nota de

Reserva com Transferência - NRT nos termos do art. 11 do

Decreto nº 58.070/18 onera as cotas da unidade cedente, pelo

qual a solicitação de cotas, nos termos do art. 3º do Decreto nº

58.070/18, quando necessária, deverá ser providenciada pela

respectiva unidade cedente.

§ 1º Nos casos em que a NRT for entre uma unidade orçamentária

da Administração Direta e uma entidade da Administração

Indireta, o titular da unidade/entidade cedente declarará

expressamente a entidade que executará os referidos recursos

por delegação, bem como a respectiva finalidade, por meio de

despacho próprio.

§ 2º Para fins de controle das transferências realizadas

nos termos do caput deste artigo, os procedimentos contábeis,

financeiros e de execução orçamentária ocorrerão no âmbito da

unidade/entidade cedente, sendo que a responsabilidade pela

respectiva execução da despesa orçamentária é solidaria entre

cedente e executor.

§ 3º A unidade cedente deverá acompanhar a respectiva execução

dos recursos de forma imediata no Sistema de Orçamento

e Finanças - SOF. Desta forma, fica dispensado relatório orçamentário-

financeiro específico, além dos disponibilizados no SOF.

§ 4º Para a execução dos recursos transferidos, a unidade/

entidade executora deverá requisitar acesso especifico à Coordenadoria

do Orçamento – CGO, da Secretária Municipal da

Fazenda, através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI,

abrindo um processo especifico com o tipo “Orçamento –

Reserva com Transferência”, devendo conter o formulário de

acesso, conforme Anexo III, e cópia de despacho para os casos

previstos no § 1º deste artigo. Após a validação das informações

a CGO encaminhará o processo SEI à Divisão de Gerenciamento

do Sistema de Execução Orçamentária – DISEO para o

procedimento de efetivação do acesso no SOF.

Art. 6º. Os casos omissos e situações excepcionais serão

resolvidos pela JOF.

Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

**Editais, pág. 43**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃOE TECNOLOGIA**

**RESOLUÇÃO Nº 01/2018, 07 DE FEVEREIRO DE 2018**

**Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 98.779,18**

**de acordo com a Lei nº 16.693/17.**

O Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação,

Tecnologia e Cultura, usando das atribuições que lhe são conferidas

por lei, e na conformidade da autorização contida no art.

27 da Lei nº 16.693 de 31 de julho de 2017, e no art. 22 do Decreto

nº 58.070 de 16 de janeiro de 2018, e visando possibilitar

despesas inerentes às atividades da Fundação.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 98.779,18

(noventa e oito mil setecentos e setenta e nove reais e dezoito

centavos) suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente.

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º

far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial,

em igual importância, das seguintes dotações do orçamento

vigente:

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de suapublicação.

**Editais, pág. 50**

**FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Republicação devido a reprocessamento de dados**





****

**Licitações, pág. 73**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃOE TECNOLOGIA**

**PROCESSO Nº 8110.2017/0000217-1**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Aquisição de material para utilização nas oficinas

de costura ministradas no Centro de Formação Cultural

Cidade Tiradentes. Pregão Eletrônico. Dispensa de licitação.

Licitação deserta.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei

e demais elementos do presente, em especial a manifestação

da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 6605280)

e justificativa técnica da Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e

Cultura (SEI 5821889) e com fulcro no artigo 24, inciso V, da

Lei Federal 8666/93, combinado com o disposto na Lei Municipal

n. 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n.

44.279/2003, especialmente seu art. 4º, § 3º, e Decreto Municipal

nº 54.102/2013, AUTORIZO a contratação direta da sociedade

empresária HABIB DECORACOES DE ITAJUBA LTDA - EPP,

inscrita no CNPJ/MF 03.851.189/0001-14., para fornecimento

de material para utilização nas oficinas de costura ministradas

no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, pelo valor

de R$ 5.498,07 (Cinco Mil e Quatrocentos e Noventa e Oito

Reais e Sete Centavos)

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas

notas de empenho e liquidação e pagamento, onerando a

dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.00 do presente exercício.

III – Ficam indicados como fiscal a servidora Bruna Henrique

Caruso RG 37.724.647-5 e como suplente Andrezza Karina

Domingues RG 27.143.042-4.